



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho



PRIMEIRA CÂMARA - SESSÃO: 12/11/13

67 TC-003381/003/04

Contratante: Prefeitura Municipal de Paulínia.

Contratada: Consórcio Paço Paulínia.

Autoridade(s) que firmou(aram) o(s) Instrumento(s): Edson Moura (Prefeito), Jairo Azevedo Filho e Hamilton Campolina Júnior (Secretários de Negócios Jurídicos) e João Batista Bonomi (Secretário de Obras e Serviços Públicos).

Objeto: Contratação de empresa de engenharia para a execução do Novo Paço Municipal, compreendendo a elaboração dos projetos executivos, obras civis e demais obras complementares.

Em Julgamento: Termos de Aditamentos celebrados em 21-09-05 e 20-04-06.

Advogado(s): Marcelo Palavéri, Antonio Araldo Ferraz Dal Pozzo, Flávia Maria Palaveri e outros.

Acompanha(m): Expediente(s): TC-000155/003/11.

Fiscalizada por: UR-3 - DSF-II.

Fiscalização atual: UR-3 - DSF-I.

1. RELATÓRIO

1.1. Versam os autos sobre a licitação e o decorrente contrato celebrado entre a **PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA** e o **CONSÓRCIO PAÇO PAULÍNIA**, objetivando a contratação de empresa de engenharia para a construção do Novo Paço Municipal, no valor de R\$ 77.800.000,00 (*setenta e sete milhões e oitocentos mil reais*) e prazo de vigência de 36 (*trinta e seis meses*).

1.2. A **Concorrência Pública nº 18/2003** e o decorrente **Contrato nº 91/2004** (fls. 3251/3256), assinado em 16/08/2004, foram julgados **irregulares**, de acordo com a r. Decisão exarada pela E. Primeira Câmara, na sessão de 1º de julho de 2008 (v. Acórdão às fls. 4499) e publicada no DOE de 17/07/08.

Interposto Recurso Ordinário, o Egrégio Plenário não lhe deu provimento (v. Acórdão de fls. 4574/4575).

1.3. Conforme r. Sentença proferida pelo Eminentíssimo Conselheiro Eduardo Bittencourt Carvalho (fls. 4579/4581 – DOE de 15/05/10), foi aplicada multa de 300 (*trezentas*)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho



UFESPs ao Prefeito Municipal de Paulínia, por não ter cumprido a determinação desta E. Corte, quanto à adoção de providências face à decisão proferida.

Inconformado, o Chefe do Executivo recorreu, argumentando que a informação sobre as medidas tomadas chegou com atraso a este Tribunal. A Egrégia Segunda Câmara, em sessão de 16 de agosto de 2011, deu provimento ao Apelo interposto e cancelou a pena pecuniária imposta.

1.4. A Sindicância realizada pela Municipalidade para apurar as responsabilidades decorrentes do contrato julgado irregular, e que veio aos autos em 20/10/2011 (fls. 4643/4683), concluiu que *“a irregularidade apontada pelo e. TCE-SP é inconsistente para se decretar a nulidade de todo o processo licitatório da Concorrência nº 18/2003 e dos atos dela decorrentes”*.

Diante da conclusão a que chegou a Comissão Municipal, acolhida e homologada pelo Chefe do Executivo, no sentido de que *“os fundamentos da Decisão deste Tribunal teriam sido inconsistentes e não relevantes”*, o Eminentíssimo Conselheiro Eduardo Bittencourt Carvalho, *“ao considerar que o não cumprimento de determinação exarada por Decisão da E. Primeira Câmara desta Corte se dá a partir de uma conduta assumidamente de confronto com este Órgão Constitucional de Controle Externo”*, aplicou ao Senhor José Pavan Junior, Prefeito Municipal, a multa de 2.000 (duas mil) UFESPs, com fundamento no artigo 104, inciso III, da Lei Complementar Estadual nº 709/93 (fls. 4692/4697).

Contra essa multa, o Prefeito Municipal interpôs Recurso Ordinário (fls. 4700/4723), não provido pela E. Segunda Câmara, em Sessão de 19/02/2013 (fls. 4825/4832). Opôs, ainda, Embargos de Declaração, mas não foram conhecidos, conforme Decisão publicada no DOE de 26/04/2013.

O valor da sanção aplicada foi, então, recolhido pelo Responsável em 26/06/2013 (comprovantes às fls. 4872).

1.5. Em análise, no momento, os **Instrumentos** a seguir relacionados:

- **Termo Aditivo s/nº** (fls. 4987/4988), assinado em 21/09/2005, no valor de **R\$ 3.921.120,00** (*três milhões, novecentos e vinte e um mil e cento e vinte reais*), que promoveu alterações



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho



no projeto, resultando em um acréscimo de **5,04%** sobre o valor inicialmente contratado;

- **Termo Aditivo s/nº** (fls. 5017/5018), assinado em 20/04/2006, no valor de **R\$ 15.514.443,82** (*quinze milhões, quinhentos e catorze mil quatrocentos e quarenta e três reais e oitenta e dois centavos*), que incluiu o Teatro Municipal ao projeto de construção do Paço Municipal, implicando em um acréscimo de **19,94%** ao valor inicialmente contratado.

1.6. A instrução da matéria esteve a cargo da **Unidade Regional de Campinas/UR-03**, que concluiu pela irregularidade da matéria, por força do princípio da acessoriedade.

Especificamente no tocante ao Termo Aditivo firmado em 20/04/2006, consignou que, por ter incluído obra completamente distinta do objeto inicialmente contratado, em nenhuma hipótese, configurou-se, no caso, violação ao artigo 2º da Lei Federal nº 8.666/93¹.

Ademais, apontou a ausência do Termo de Ciência e Notificação e do Cadastro de Responsável do Secretário de Negócios Jurídicos, Sr. Jairo Azevedo Filho.

1.7. Notificado o responsável (fls. 5563/5565), vieram aos autos os esclarecimentos de fls. 5567/5579, no sentido de que não seria cabível a aplicação do princípio da acessoriedade aos Termos Aditivos em exame, pois, à época de suas formalizações, havia uma presunção de regularidade dos atos até então praticados. Além disso, a Municipalidade não podia prescindir do objeto em questão.

Afirma, ainda, que a acessoriedade não se aplica ao ato posterior, enquanto o anterior não estiver irremediavelmente eivado por vício de irregularidade declarada em decisão transitada em julgado.

É o relatório.

¹ **Art. 2º** As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho



2. VOTO

2.1. Em exame, **Termos Aditivos** ao Contrato nº 91/2004, celebrado entre a **PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA** e o **CONSÓRCIO PAÇO PAULÍNIA**, assinados em 21/09/2005 e 20/04/2006, com vistas à alteração do projeto e inclusão da construção do Teatro Municipal no objeto pactuado, resultando em um acréscimo total de valor correspondente a 24,98% ao inicialmente ajustado.

2.2. Como exposto no Relatório supra, a Concorrência Pública nº 18/2003 e o decorrente Ajuste foram julgados definitivamente irregulares por esta E. Corte.

2.3. Segundo dispõe o artigo 92 do Código Civil, “*principal é o bem que existe sobre si, abstrata ou concretamente; acessório, aquele cuja existência supõe a do principal*”. Por sua vez, o artigo 184 do mesmo Código preceitua que “*a invalidade da obrigação principal implica a das obrigações acessórias*”.

No caso em tela, os Aditamentos promoveram alterações em cláusulas essenciais do Ajuste principal, e não existiriam se este não houvesse sido celebrado, de forma que se enquadram no conceito de pacto acessório; logo, estão contaminados pelos vícios que culminaram com a reprovação do certame e do Contrato nº 91/2004 por esta E. Corte.

Necessário lembrar, ainda, que, segundo a jurisprudência da Casa, não importa o momento em que assinados os termos subsequentes ao ato principal, se antes ou após a prolação da decisão definitiva, uma vez que este Tribunal apenas reconhece irregularidade preexistente.

2.4. Acrescente-se, ainda, às impropriedades a ausência do Termo de Ciência e Notificação, bem como do Cadastro do Responsável, Jairo Azevedo Filho, Secretário de Negócios Jurídicos, que assinou o primeiro Termo de Aditamento em exame.

2.5. Diante do exposto, **VOTO** pela **IRREGULARIDADE** dos **Termos Aditivos** em análise, datados de 21/09/2005 e 20/04/2006.

DIMAS EDUARDO RAMALHO
CONSELHEIRO